

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar **Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0168-37

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial				Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.021	2.020	Receitas Operacionais	Nota	2.021	2.020
Circulante				Receitas de subvenções - custeio	17	62.559.191	56.712.924
Caixa e equivalentes de caixa	5	71.448	10.007	Receitas de subvenções - investimento	10b	844.577	1.021.677
Contas a receber	6	16.021.191	15.976.673	Receitas financeiras		6.395	66.637
Estoques	7	1.707.971	4.804.634	Receita - trabalho voluntários		2.766	5.409
Adiantamentos a fornecedores		313.218	197.812	Outras receitas		684.844	212.607
Outros ativos circulante		497.099	487.259	Total das Receitas		64.097.773	58.019.254
		18.610.927	21.476.384	Despesas Operacionais			
Não Circulante				Despesas com pessoal	18	(21.798.269)	(20.872.493)
Realizável a longo prazo				Serviços de terceiros	19	(22.518.303)	(19.125.720)
Impostos a recuperar	8	1.194.442	982.221	Custo corporativo compartilhado	20	(2.977.194)	(2.918.546)
Outros ativos não circulantes		-	75.000	Drogas, medicamentos e materiais	21	(13.195.091)	(12.926.954)
Empréstimos - partes relacionadas	9	11.998.699	10.700.554			(60.488.857)	(55.843.713)
Depósitos judiciais		60.281	60.281	Despesas gerais e administrativas	22	(3.331.076)	(3.766.844)
		13.253.422	11.818.056	Despesa - trabalho voluntários		(2.766)	(5.409)
Imobilizado	10	2.998.946	3.715.283	Despesa com provisão para			
Intangível	10	19.384	125.221	créditos de liquidação duvidosa	6	-	(1.015.329)
(-) Subvenções a realizar	10	(3.018.330)	(3.840.504)	Despesa com provisão			
		-	-	para contingências	16	(152.815)	(40.589)
Total do Ativo		31.864.349	33.294.440	Despesas financeiras		(122.259)	(108.887)
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.021	2.020			(3.608.916)	(4.937.058)
Circulante				Total das Despesas		(64.097.773)	(60.780.771)
Fornecedores	11	1.532.130	998.096	Déficit do Exercício		-	(2.761.517)
Honorários médicos	12	1.347.012	1.043.469				
Obrigações sociais e trabalhistas	13	4.729.751	3.015.358	Demonstração do resultado abrangente			
Obrigações fiscais		234.101	446.759	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Receita diferida	14	24.357.393	28.694.815		2.021	2.020	
Empréstimos - partes relacionadas	10	317.196	27.313	Déficit do Exercício		-	(2.761.517)
Outros passivos		80.741	21.511	Outros resultado abrangentes		-	-
		32.598.324	34.247.321	Resultado Abrangente do Exercício		-	(2.761.517)
Não Circulante				Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto			
Provisão para descontinuidade	15	1.554.826	1.488.735	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Provisão para contingências	16	193.404	40.589		2.021	2.020	
		1.748.230	1.529.324	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2.021	2.020
Patrimônio Líquido Negativo				Déficit do exercício		-	(2.761.517)
Patrimônio social		(2.482.205)	279.312	Ajustado por:			
Déficit do exercício		-	(2.761.517)	Depreciação e amortização		844.577	1.021.677
		(2.482.205)	(2.482.205)	Despesa com provisão para		-	1.015.329
Total do Passivo		31.864.349	33.294.440	créditos de liquidação duvidosa		152.815	40.589
				Despesa com provisão para contingências		(844.577)	(1.021.677)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo				Superávit (déficit) do exercício ajustado		152.815	(1.705.599)
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Variações nos ativos e passivos			
	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total	Contas a receber		(44.518)	(13.495.076)
Em 1º de Janeiro de 2.020	279.312	-	279.312	Estoques		3.096.663	(1.242.304)
Transferência	-	-	-	Outros ativos circulante		(262.467)	62.931
Déficit do exercício	-	(2.761.517)	(2.761.517)	Depósitos judiciais		0	(33.996)
Em 31 de Dezembro de 2.020	279.312	(2.761.517)	(2.482.205)	Fornecedores		534.034	(613.512)
Transferência	(2.761.517)	2.761.517	-	Honorários médicos		303.543	(137.999)
Déficit do exercício	-	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		1.714.393	(8.650)
Em 31 de Dezembro de 2.021 (2.482.205)	-	-	(2.482.205)	Obrigações fiscais		(212.658)	264.284
				Receita diferida		(4.337.422)	16.651.786
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras				Outros passivos		59.230	(17.232)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.021 e 2.020				Provisão para descontinuidade		66.091	51.508
Cifras apresentadas em reais.				Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas)		1.069.703	(223.859)
				atividades operacionais			
				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
				Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(22.403)	(7.136)
				Caixa líquido aplicado nas			
				atividades de investimentos		(22.403)	(7.136)
				Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
				Empréstimos (cedidos) devolvidos			
				à partes relacionadas		(1.008.262)	(7.530.748)
				Subvenção para compra de ativo imobilizado		22.403	7.136
				Caixa líquido gerado pelas			
				atividades de financiamentos		(985.859)	(7.523.612)
				Aumento (redução) do caixa			
				e equivalentes de caixa		61.441	(7.754.606)
				Demonstração do aumento (redução)			
				do caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício		10.007	7.764.613
				No fim do exercício		71.448	10.007
						61.441	(7.754.606)

em caráter de excepcionalidade, prorrogando o contrato de gestão por mais 3 meses, até 17 de janeiro de 2022, e ainda, informando que o Contrato de Gestão poderá ser prorrogado após aquela data enquanto perdurar o processo de chamamento público para escolha da nova Organização Social de Saúde (OSS), que passará a gerir o Hospital Infantil Oncológico. A unidade vem apurando déficits operacionais recorrentes, consequentemente, em 31 de dezembro de 2021 apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 13.987.397 e patrimônio líquido negativo de R\$ 2.482.205. A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para equilibrar as receitas e despesas do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará. A Administração buscará ações estratégicas que são reduzir ainda mais os custos hospitalares sem prejudicar os atendimentos e pleitear junto ao Governo do Estado do Pará o reequilíbrio financeiro contrato de gestão.

c) Monitoramento do contrato de gestão: O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas.

continua ►

continuação

2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 24 de março de 2022. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - Provisão pela não realização das receitas diferidas; • Nota 10 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 15 - Provisão para descontinuidade; • Nota 16 - Provisão para contingências. **3. "Operação S.O.S" e deus Reflexos:** Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Oncológico Infantil- Belém/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de investigação do Ministério Público. Buscando honrar os 53 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade.

4. Resumo Das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Ativos circulantes e não circulantes: • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • **Estoque:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício.

e) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado

ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

g) Instrumentos financeiros: • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.021	2.020
Caixa	3.000	10.000
Banco conta movimento (a)	68.448	7
	71.448	10.007

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber

Descrição	2.021	2.020
Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará (a)	17.036.520	16.992.002
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (b)	(1.015.329)	(1.015.328)
	16.021.191	15.976.673

a) Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará: Correspondem aos valores a receber junto à Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará, respaldados pela celebração do contrato de gestão hospitalar. **b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, com baixa expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará no próximo exercício social.

7. Estoques

Descrição	2.021	2.020
Medicamentos	800.547	2.356.253
Materiais hospitalares de consumo	421.758	1.473.443
Materiais de Higiene e limpeza	62.275	279.395
Materiais de Expediente e Impressos	57.786	59.053
Materiais Hospitalares de Reposição	25.145	26.473
Ortese e Próteses	118.591	239.819
Outros estoques	221.869	370.198
	1.707.971	4.804.634

8. Imposto a Recuperar

Descrição	2.021	2.020
ISS - Imposto sobre serviços (a)	982.221	982.221
PIS sobre folha de pagamento (b)	212.221	-
	1.194.442	982.221

(a) Imposto sobre serviços: A Prefeitura Municipal de Belém emitiu auto de infração relativo à cobrança do Imposto sobre serviços (ISS), de forma retroativa no valor correspondente a R\$ 982.221, referente a sete notas fiscais emitidas pela unidade hospitalar contra a Secretaria de Saúde Pública no início do contrato de gestão. Em maio de 2019 a Secretaria do Estado de Saúde do Pará efetuou os repasses de custeio que eram devidos ao Hospital de forma líquida, abatendo o valor do ISS cobrado pela Prefeitura Municipal de Belém. A Administração da Pró-Saúde, apresentou impugnação do auto de infração, uma vez que entende que a retenção efetuada pela Prefeitura do Município de Belém é indevida. Embora as chances de recuperação do valor retido na fonte a título de ISS sejam favoráveis a Pró-Saúde, não é esperada que a devolução dos recursos financeiros seja efetuada em curto prazo, motivo pelo qual o valor a recuperar está classificado no ativo não circulante.

(b) PIS sobre folha de pagamento: Trata-se de crédito fiscal referente PIS sobre a folha de pagamento, cujo pagamentos foi realizado em exercícios anteriores. Em função de isenção obtida por sua Matriz, os valores pagos anteriormente se tornaram créditos fiscais, estavam sobre tutela da Sede Social e foram reconhecidos na unidade no montante de R\$ 212.221. Serão utilizados futuramente para compensação de débitos federais.

9. Empréstimos - Partes Relacionadas

Descrição	2.021	2.020
Ativo não circulante		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Metropolitano	119.443	77.894
Hospital de Altamira	38.041	16.407
Hospital Galileu	-	1.009
Hospital de Santarém	-	24.594
Hospital de Barcarena	3.336	10.237
Hospital de 05 de Outubro	578	578
Empréstimos financeiros (b)		
Hospital Metropolitano	944.300	944.300
Hospital de Altamira	150.000	150.000
Sede Administrativa	10.743.002	9.475.535
	11.998.699	10.700.554

Descrição	2.021	2.020
Passivo circulante		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Metropolitano	(58.796)	(14.699)
Hospital de Santarém	-	(3.155)
Hospital de Barcarena	(9.998)	(5.846)
Hospital Galileu	-	(3.613)
Empréstimos financeiros (b)		
Sede Administrativa	(248.402)	-
	(317.196)	(27.313)

(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. **(b) - Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e

continua

<p>continuação</p> <p>Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o sentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA.</p>				
10. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar				
a) Composição				
Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2.020 Líquido
Imobilizado				
Equipamentos telefônicos	49.802	(47.291)	2.511	7.028
Equipamentos de informática	1.128.805	(1.123.708)	5.097	96.159
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	5.168.865	(2.730.244)	2.438.621	2.939.919
Móveis e Utensílios	1.251.316	(698.599)	552.717	672.177
	7.598.788	(4.599.842)	2.998.946	3.715.283
Intangível				
Direito de uso de software	750.817	(731.433)	19.384	125.221
	750.817	(731.433)	19.384	125.221
Subvenções a realizar				
Subvenções governamentais *	(3.018.330)	-	(3.018.330)	(3.840.504)
Total do ativo imobilizado	(3.018.330)	-	(3.018.330)	(3.840.504)
* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens.				
b) Movimentação				
Descrição	Saldo em 31/12/20	Adições	Depreciação, amortização e realização	Saldo em 31/12/21
Equipamentos telefônicos	49.802	-	-	49.802
Equipamentos de informática	1.126.033	2.772	-	1.128.805
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	5.154.558	14.307	-	5.168.865
Móveis e Utensílios	1.245.992	5.324	-	1.251.316
(-) Depreciação	(3.861.102)	-	(738.740)	(4.599.842)
Total ativo imobilizado	3.715.283	22.403	(738.740)	(2.998.946)
Direito de uso de software	750.817	-	-	750.817
(-) Amortização	(625.596)	-	(105.837)	(731.433)
Total ativo intangível	125.221	-	(105.837)	19.384
Subvenções governamentais	(3.840.504)	(22.403)	844.577	(3.018.330)
Total subvenções	(3.840.504)	(22.403)	844.577	(3.018.330)
c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:				
Descrição	Taxa ao ano			
Equipamentos telefônicos	20,0%			
Equipamentos de informática	20,0%			
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	10,0%			
Móveis e utensílios	10,0%			
Direitos de uso de software	20,0%			
11. Fornecedores	2.021	2.020		
Descrição				
Materiais e medicamentos	633.636	468.955		
Imobilizado	2.640	-		
Serviços de terceiros pessoa jurídica	895.854	529.141		
	1.532.130	998.096		
12. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:				
Descrição	2.021	2.020		
Honorários médicos pessoa jurídica	1.347.012	1.043.469		
	1.347.012	1.043.469		
13. Obrigações Sociais e Trabalhistas				
Descrição	2.021	2.020		
Salários e ordenados	1.069.525	1.024.312		
Provisão para dissídio coletivo (a)	1.606.008	-		
FGTS	151.293	156.926		
INSS	88.705	90.407		
Provisão de férias e encargos	1.802.208	1.730.147		
Outras	12.012	13.566		
	4.729.751	3.015.358		
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2.021 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSP - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de setembro/2020 a agosto de 2.021, e 10,42% referente ao período setembro/2021 a dezembro/2021. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de maio/2020 a abril de 2.021, e 3,80% referente ao período maio de 2.021 a dezembro de 2.021. 14. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.				
Descrição	2.021	2.020		
Subvenção para investimento	399.538	421.941		
Subvenção para custeio	23.957.855	28.272.874		
	24.357.393	28.694.815		
15. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão.				
Descrição	2.021	2.020		
Saldo inicial	1.488.735	1.437.227		
Adições (Nota 18 - despesa com pessoal)	272.472	390.175		
Baixa por rescisão de contrato de trabalho	(206.381)	(338.667)		
Saldo final	1.554.826	1.488.735		
16. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são realizadas, acompanhadas e gerenciadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, a partir de São Paulo, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:				
Descrição	2.021	2.020		
Trabalhista	193.404	40.589		
	193.404	40.589		
No exercício de 2.021, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, autorizou a constituição da provisão para contingências no montante de R\$ 152.815.				
17. Receitas com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.021 montaram a R\$ 62.559.191 (Em 2.020 - R\$ 56.712.924).				
18. Despesas com Pessoal				
Descrição	2.021	2.020		
Salários e ordenados	(13.742.799)	(12.505.358)		
Férias	(1.933.170)	(1.964.538)		
Décimo terceiro salário	(1.405.047)	(1.410.245)		
Insalubridade	(1.287.260)	(1.265.271)		
Horas extras e adicionais	(891.866)	(668.382)		
FGTS	(1.511.417)	(1.448.229)		
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(272.472)	(390.175)		
Contribuição Patronal ao INSS	(4.527.949)	(4.973.629)		
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	4.527.949	4.973.629		
PIS	(151.839)	(177.206)		
(-) Isenção do PIS	151.839	177.206		
Outras	(754.238)	(1.220.295)		
	(21.798.269)	(20.872.493)		
19. Serviços de Terceiros				
Descrição	2.021	2.020		
Serviços médicos de terceiros	16.070.438	(13.527.519)		
Serviços de terceiros pessoa jurídica	6.447.865	(5.598.201)		
	22.518.303	(19.125.720)		
20. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.				
21. Drogas Materiais e Medicamentos				
Descrição	2.021	2.020		
Medicamentos	(7.849.075)	(6.534.754)		
Materiais de uso do paciente	(2.870.402)	(3.201.804)		
Gêneros alimentícios	(430.056)	(473.666)		
Órtese e prótese	(305.423)	(506.324)		
Dieta enteral e parenteral	(221.952)	(235.439)		
Gases hospitalares	(118.621)	(138.269)		
Materiais de higiene e limpeza	(510.474)	(611.008)		
Impressos e materiais de expediente	(215.080)	(212.830)		
Ajuste de inventário físico	(375.881)	(165.481)		
Materiais de conservação e reparos	(99.796)	(260.802)		
Equipamentos de proteção individual e coletiva	(78.087)	(309.895)		
Outros Materiais	(120.244)	(276.682)		
	(13.195.091)	(12.926.954)		
22. Despesas Gerais e Administrativas				
Descrição	2.021	2.020		
Energia elétrica, água, telefone e internet	(1.924.421)	(1.774.051)		
Depreciação e amortização	(844.577)	(1.021.677)		
Manutenções, inclusive softwares	(131.903)	(197.318)		
Prêmios de seguros	(55.347)	(64.653)		
Condução e taxis	(92.142)	(92.831)		
Viagens e ajuda de custo	(50.775)	(54.196)		
Locação de imóvel (escritório administrativo)	(127.610)	(300.002)		
Outras	(104.301)	(262.116)		
	(3.331.076)	(3.766.844)		
23. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:				
Descrição	2.021	2.020		
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	71.448	10.007		
Pelo custo amortizado				
Contas a receber	16.021.191	15.976.673		
Partes relacionadas	11.998.699	10.700.554		
Total	28.091.338	26.687.234		
Passivos				
Pelo custo amortizado				
Fornecedores	1.532.130	998.096		
Honorários médicos	1.347.012	1.043.469		
Partes relacionadas	317.196	27.313		
Total	3.196.338	2.068.878		
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. 24. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a				

continua

portaria nº 943 de 25 de setembro de 2014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR Nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que deferiu, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Em 02/07/2021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2021-35 relativo ao triênio 2022 a 2024. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2021 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

(b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 18 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **25. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Belém, através de requerimentos específicos. Em atendimento à ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.021	2.020
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(1.922.933)	(1.740.178)
Contribuição patronal ao INSS	(4.527.949)	(4.973.629)
Contribuição ao PIS	(151.839)	(177.206)
Imposto sobre serviços (ISS)	(1.747.325)	(1.701.384)
	(8.350.046)	(8.592.397)

26. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade. **27. Outros Assuntos - Pandemia Covid-19:** O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no exercício de 2021, foram: • Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades, • Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares; A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

Dom Carmo João Rhoden - Presidente
Pe Carlos Fritzen - Diretor Corporativo Administrativo
Fábio de Souza Machado - Diretor Hospitalar
Gilvânia Oliveira da Silva - Diretora Financeira do Hospital
Michael R. Cansação da Silva - Contadora Local - CRC - PA 010610/O
David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA. Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1b, que demonstra as ações estratégicas da administração para manutenção das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 13.987.397 e patrimônio líquido negativo de R\$ 2.482.205. A reversão dessa posição negativa depende do sucesso de negociações entre a Entidade e o Governo do Estado do Pará. Além disso, não há previsão para renovação do contrato de gestão que encerrará em 17 de abril de 2022. Os eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1b, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." ocorrida no exercício de 2018 envolvendo a Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações**

financeiras: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, *continua*

se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2.022. **Lm Auditores Associados** - CRC 2SP018.611/O-8. **Maurício Diácoli** - CRC 1SP129.562/O-5.

Protocolo: 779034

Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos



Décio de Alencar Guzmán &
Lodewijk A.H.C. Hulsman



Décio de Alencar Guzmán &
Lodewijk A.H.C. Hulsman

4009-7817